

ARTIGO

MARX E A REVOLUÇÃO ANTE O ATRASO DO CAPITALISMO
ALEMÃO NO SÉCULO XIX

Resumo

Este artigo contrasta a formulação teórica de Karl Marx sobre a revolução com as dificuldades da prática revolucionária enquanto alternativa à realidade alemã na primeira metade do século XIX.

Para tanto, destacamos dois elementos: a) a diferença entre as posições de Marx e de Engels em relação à proposta do “economista nacional” Friedrich List; b) algumas das contradições que surgem no movimento comunista ao elaborar orientações políticas com a finalidade revolucionária para a Alemanha “atrasada”. Em nossas considerações finais, indicamos como estes impasses — mais teóricos do que práticos — do século XIX ganharam, ante a Revolução Russa, novas proporções e tenderam a subverter a concepção marxiana inicial sobre o caminho revolucionário.

Palavras-Chave: Marx; revolução; Alemanha.

Abstract

This article contrasts Karl Marx's theoretical formulation of 'revolution' with the difficulties of this alternative to German reality in the first half of the nineteenth century. For this purpose, we highlight two elements: a) the difference between Marx's and Engels's positions in relation to the "national economist" Friedrich List's proposal; b) some of the contradictions that arise in the communist movement, by elaborating political orientations with the revolutionary aspiration for the "backward" Germany. In our concluding remarks, we indicate how these dead-ends — more theoretical than practical — of the nineteenth century gained greater proportions in the factual context of the Russian Revolution and tended to subvert the early Marxian conception of revolution.

Keywords: Marx; Revolution; Germany.

* Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP) e professor de Sociologia do Desenvolvimento no Curso de Ciências Sociais da UFRR.

A REVOLUÇÃO SOCIAL

A revolução foi compreendida por Marx como meio consciente de transformação social. Para o pensador alemão, cabia à crítica a apreensão teórica de parte substantiva das demandas sociais, dos meios de ação e do sentido adequado à transformação pretendida; incumbência que se empenhou em cumprir ao demarcar e se contrapor às formulações ideais que confundiam, mistificavam ou contrariavam a tarefa revolucionária. Ao definir uma nova posição materialista, em contraste às tendências idealistas e ao velho materialismo, a atividade prática foi por ele apresentada como meio para assimilar o significado revolucionário (prático-crítico) da ação humana. Neste contexto, declarou: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de maneiras diversas; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX, 1975g, p.5).

A transformação do mundo, que deu sentido e articulou sua obra, teve como pressuposto a tomada de consciência, pelos agentes sociais, dos motivos das lutas que se desenvolviam no período — objetivo expresso não com a formulação de uma nova doutrina, mas pela elaboração teórica dos conflitos existentes.

Nesse caso, não confrontamos o mundo de maneira doutrinária com um novo princípio: “aqui está a verdade, ajoelhe-se diante dela!” [...] Nós simplesmente mostramos ao mundo pelo que realmente está lutando, e a consciência é algo que ele *tem que* adquirir, mesmo que não queira. A reforma da consciência consiste *apenas* em tornar o mundo consciente de si próprio, em despertá-lo a partir de seu sonho sobre si mesmo, *explicando-lhe* o significado de suas próprias ações (MARX, 1975e, pp.143-144).

Em sua atuação, ao apontar os limites das interpretações idealistas, explicitou as características da sociabilidade capitalista e a estratificação social dela derivada. Neste percurso, um dos primeiros questionamentos que se impuseram à compreensão desta sociabilidade foi a relação entre o Estado e a sociedade civil.

O confronto com o tema não foi fortuito. O Estado ocupara papel destacado na construção da teoria da história de Hegel, e os problemas relativos ao Estado e à sociedade civil confundiam-se nos debates dos neo-hegelianos. A polêmica contra estas interpretações aclarou uma dualidade que especificou a ideia de revolução para Marx: a sua diferenciação entre a forma *política* e a *social*.

A transformação consciente da realidade exigia não apenas delinear seus meios e agentes, mas também o porquê de tal tarefa. O motivo último da revolução era comum a um conjunto de pensadores, fossem eles idealistas ou materialistas, que naquele então teorizavam o mundo, tratava-se da necessidade de uma *emancipação humana*, mas carecia-se ainda de mediações.

Marx procurou desfazer confusões sobre quem deveria emancipar e quem seria emancipado, definindo, primeiramente, a particularidade da emancipação e as contradições implícitas neste processo. Em sua crítica à análise de Bruno Bauer sobre a emancipação política dos judeus na Alemanha, Marx reformulou o problema como se apresentava à época (MARX, 1975f, p.149). Ficara de fora da reflexão do neo-hegeliano a diferenciação entre a emancipação política e a humana, centrando-se apenas na primeira e em sua relação mal compreendida com a religião. A questão foi recolocada em outros termos: “A emancipação *política* da religião não é a emancipação da religião de modo radical e isento de contradições, porque a emancipação política não é o modo radical e isento de contradições da emancipação *humana*” (MARX, 1975f, p.152).

O limite da emancipação política estava no fato de que o Estado poderia ser livre de restrições, como, por exemplo, as impostas pelas religiões, sem que os indivíduos o fossem. A maioria das pessoas não deixava de ser religiosa, pois a religiosidade era expressão puramente privada, e a atitude de um Estado livre da religião expressaria as relações privadas das pessoas religiosas, que alienavam a vida social na forma estatal. Portanto, alcançar a liberdade por via estatal era se esquivar de um impedimento, estabelecendo uma contradição consigo mesmo: o equivalente a superar uma barreira de forma abstrata e limitada, é dizer, de forma parcial (MARX, 1975f, p.153).

Um Estado politicamente consumado teria por essência a vida genérica das pessoas em oposição à material, legando à sociedade civil todas as precondições para uma existência egoísta. Marx explicitou, assim, a dicotomia entre a atividade política — de um membro imaginário sob uma soberania imaginária — e a atuação na sociedade civil — de um indivíduo privado em sua realidade imediata —, separação na qual as pessoas aparecem como joguetes de poderes estranhos a elas (MARX, 1975h, p.46).

Encobria-se, na análise de Bauer, a relação entre o Estado e suas premissas materiais e espirituais, a luta entre interesses gerais e particulares que denunciava o divórcio entre o Estado e a sociedade civil. Naquele momento, a emancipação política representava um grande progresso, mas se caracterizava apenas como uma etapa no processo de emancipação humana (MARX, 1975f, p.156). Na argumentação marxiana, a emancipação política resultou da transformação na sociedade civil que ocorreria, simultaneamente, com a dissolução do poder senhorial — ou seja, do feudalismo —, sob o qual a sociedade civil tinha um caráter diretamente político: a possessão, a família, o modo de trabalho eram os elementos que compunham o Estado sob a forma de propriedade territorial, do estamento ou da comunidade (MARX, 1975f, pp.165-166).

A revolução política, contra o poder senhorial, constituiu um Estado político (ou Estado real) ao destruir os estamentos, corporações, grêmios, e outras mediações entre o indivíduo e a comunidade; suprimindo, ao mesmo tempo, o caráter político da sociedade civil. Como resultado, rompeu-se a sociedade civil em seus fundamentos mais simples: por um lado estavam os indivíduos, por outro, os elementos materiais e espirituais que formam o conteúdo da vida. Não obstante, este processo unificou o espírito político, fragmentado na sociedade civil feudal, em uma independência ideal do Estado político (MARX, 1975f, p.166).

A constituição do Estado moderno e a dissolução da sociedade civil em indivíduos independentes, baseados em uma relação de direito — não mais em privilégios feudais —, ocorreram concomitantemente. Nesta nova composição, o indivíduo da sociedade civil, desconectado de sua dimensão social, aparece como ser natural; isto é, uma suposta natureza egoísta do ser humano passa a compor a base dos direitos articulados no Estado. Para Marx, “o homem *egoísta* é o resultado *passivo* da sociedade dissolvida, um resultado que é *baseado em sua existência*, objeto de *certeza imediata*, portanto, objeto *natural*” (MARX, 1975f, p.167). Por outro lado, o homem político era apenas uma abstração, alegoria, moral.

Em suma, a visão de mundo que o capitalismo construía estava pautada em indivíduos isolados e com características intrínsecas e não mais, como fora no feudalismo, em privilégios adquiridos no nascimento. Estes indivíduos concentravam-se apenas abstratamente em uma comunidade imaginária representada pelo Estado, com o qual se conectavam por relações de direito que reafirmavam a igualdade entre todos os seus membros. O próprio reconhecimento de Marx sobre a existência das classes sociais expunha a falsidade da concepção burguesa de mundo, na medida em que evidenciava a reorganização dos privilégios na estruturação da sociedade civil capitalista. A tomada de consciência da luta de classes, no seio da sociedade civil, era o passo necessário para conduzir à revolução social.

Neste sentido foi que Marx apresentou a clara diferenciação entre a emancipação humana e a política. Para ele seria apenas quando o indivíduo real — por meio da luta de classes — recuperasse para si o cidadão abstrato, tornando-se ser genérico em suas relações individuais, quando tivesse reconhecido e organizado suas próprias forças como sociais sem mediação do Estado, que se poderia afirmar uma emancipação humana. Este era o cerne da revolução social que buscava quando, em 1844, apresentou publicamente nos *Anais franco-alemães* os elementos teóricos que pautaram e caracterizaram suas obras daquele ponto em diante.

PARTICULARIDADE ALEMÃ

Dentre os pensadores alemães a especificidade histórica da região mesclava-se à temática abrangente da emancipação humana, o que embarçava ainda mais a compreensão do problema. “A missão da filosofia, a serviço da história”, como propunha Marx, era o desmascaramento da autoalienação que, no caso alemão, tendia a sobrepor questões relativas à religião — ou abordagens “religiosas” — aos problemas materiais da época (MARX, 1975a, p.177).

O ponto inicial da sua abordagem histórica do caso alemão estava na compreensão do atraso da Alemanha em relação à França e à Inglaterra. Os alemães integravam o movimento de contrarrevolução dos povos modernos sem ter participado diretamente das suas revoluções. A conjuntura alemã expressava “a conclusão aberta do Antigo Regime”, situação que revelava a debilidade oculta do próprio Estado moderno (MARX, 1975a, p.178). Dado o anacronismo, era necessário à crítica apreender a realidade político-social moderna — isto é, os problemas humanos que se encontravam fora do *status quo* alemão —, ou esta pagaria o preço de abordar seu objeto de análise partindo de uma posição inferior aos impasses estabelecidos. Como tratar a questão da indústria moderna a partir do atraso industrial da Alemanha?

A intelectualidade alemã explicitava um descompasso entre o pensamento revolucionário e as possibilidades práticas de efetivar a revolução. Para a teoria realizar-se era necessária a consumação das necessidades humanas, não bastando que o pensamento estimulasse a prática, mas que a realidade incitasse também a reflexão. Isso significava, para Marx, que somente uma classe social com necessidades radicais — como a supressão dos privilégios de classe — poderia ter como horizonte a transformação da sociedade por meio de uma revolução radical (MARX, 1975a, p.183).

Devido ao atraso do capitalismo alemão, a região acompanhou de maneira relativamente abstrata o desenvolvimento dos povos modernos. Assim, partilhou o conseqüente sofrimento real, sem, no entanto, usufruir os benefícios parciais. Os governos alemães, impulsionados pelo espírito da época, empenhavam-se em participar da construção de Estados que estavam muito além de suas condições — e, como conseqüência, combinavam as contradições modernas com as do Antigo Regime (MARX, 1975a, p.184).

O anseio alemão não era o de uma revolução radical, mas de sua versão parcial — meramente política —, que tinha por alvo emancipar uma parte da sociedade civil que pudesse instaurar uma dominação geral. No entanto, nenhuma classe da

sociedade civil poderia representar tal papel sem gerar entusiasmo em si e nas massas, sem declarar que suas pretensões e direitos seriam universais, sem se colocar como o coração e o cérebro do conjunto societário que intencionava dominar (MARX, 1975a, p.185).

O impasse estava no fato de as classes sociais alemãs não terem naquele momento as características necessárias — consistência, rigor, coragem — para que uma ascendesse como representante negativa da sociedade. Além disso, todas careciam de grandeza espiritual para que alguma fosse identificada, ainda que momentaneamente, como o espírito do “povo”. Em tal cenário, tão logo se iniciava a luta de uma classe contra aquela que lhe estava acima, a primeira já se via envolvida em contendas com aquela que lhe estava abaixo (MARX, 1975a, p.186).

Inversamente ao caso francês — cuja emancipação parcial, conduzida por uma burguesia em ascensão, constituiu o fundamento de sua versão universal —, na Alemanha a emancipação universal seria a condição para superar seu caráter fracionário, devido ao seu atraso e a conseqüente debilidade da classe burguesa. A possibilidade de uma resolução alemã positiva residia na ascensão de uma classe com “cadeias radicais”, quer dizer, aquela que estaria submetida aos sofrimentos universais — à violência pura e simples —, não podendo se libertar sem que o mesmo ocorresse com todas as outras. Esta classe seria, para Marx, composta pelo proletariado.

Naquele momento o proletariado apenas começava a surgir no solo alemão devido ao movimento industrial que despontava. Nele se concentravam as contradições do mundo moderno, era nele que a filosofia deveria buscar sua arma material e, complementarmente, ser ela própria a munição espiritual desta classe. Assim, a resolução da problemática alemã coincidia com a necessidade de emancipação humana, tendo a filosofia como cérebro e o proletariado como o coração de uma revolução radical.

Ao contrário da burguesia alemã, o proletariado que nascia naquelas paragens estaria em pé de igualdade e mesmo na vanguarda do europeu. Foi o que Marx concluiu analisando a revolta silesiana que começava “exatamente lá onde *terminam* as revoltas dos trabalhadores franceses e ingleses, isto é, com consciência daquilo que é a natureza do proletariado. A própria ação [realizada pelos silesianos] traz a marca deste caráter *superior*” (MARX, 1975b, p.201). O proletário alemão seria, para o autor, o teórico do proletariado europeu — como o inglês seria a sua expressão econômica e o francês a política —, possuindo uma vocação tão marcante à revolução social, quanto sua incapacidade à revolução política. Não obstante, era justamente sua debilidade política que lhe potencializava a tendência à revolução social, isto porque:

Quanto mais desenvolvido e universal é o entendimento político de um povo, tanto mais o proletariado — pelo menos no início do movimento — gasta suas forças em insensatas e inúteis revoltas sufocadas em sangue. Uma vez que ele pensa na forma da política, vê o fundamento de todos os males na vontade e todos os meios para remediá-los na *violência* e na *derrocada* de uma *determinada* forma de Estado (MARX, 1975b, p.204).

Em razão de suas circunstâncias de vida o proletariado não compunha a comunidade política representada pelo Estado, o que facilitava sua identificação mais direta com uma “comunidade humana”. Mesmo quando se tratava de uma revolta industrial localizada, esta encerrava uma alma universal, ao contrário de uma revolução política — cuja tendência das classes politicamente privadas de influência limitava-se à superação de seu isolamento em relação ao poder (MARX, 1975b, p.205). A industrialização gerou uma classe social que transcendia, ao menos potencialmente, a sociedade civil e o Estado. O proletariado, na análise de Marx e Engels, não tinha uma nacionalidade, senão o trabalho como livre escravidão; não tinha um governo, senão o do capital; bem como, não possuía terras em nenhum país, senão alguns palmos abaixo de seus próprios pés (MARX; ENGELS, 1976, p.204).

ECONOMIA NACIONAL

O capitalismo estabelecera-se sobre bases que transcendiam as barreiras culturais e geopolíticas, ancorado em uma posição cosmopolita afirmada na elaboração teórica dos economistas políticos, como Adam Smith. A tentativa que se assistia na Alemanha, de fundar uma economia política nacional, era entendida como expressão da fragilidade da burguesia alemã. A posição de Marx foi clara ao criticar Friedrich List que seria, para ele, incapaz de ver que, por trás do discurso teórico das “forças produtivas” e das “condições políticas da nação”, estava a transformação dos trabalhadores em escravos do capital, ou seja, em meros valores de troca. Moldar a Alemanha de acordo com a teoria do valor significaria tornar grande parte da população em *commodity*. List não fazia mais que expressar os anseios da burguesia alemã, que não queria ser explorada pela burguesia inglesa da mesma forma que explorava o proletariado local (MARX, 1975c, p.280).

O burguês, ainda que a título individual lute contra os outros burgueses, tem com eles enquanto *classe* um interesse comum, e esta comunidade de interesses, que no interior do país se orienta contra o proletariado, é direcionada contra os burgueses das outras nações. Isto é o que o burguês chama a sua *nacionalidade* (MARX, 1975c, p.281).

A indústria, abstraída de suas circunstâncias — isto é, não como pertencente a uma dada época, mas como parte da história humana —, poderia ser entendida como um grande *workshop* no qual, pela primeira vez, o ser humano toma posse de suas próprias forças e das forças da natureza (MARX, 1975d, p.296). Marx entendia como absurdo pensar que o desenvolvimento industrial de cada nação repetiria o caso inglês, como o seria cogitar que cada povo repetisse o desenvolvimento político francês ou o filosófico alemão:

O que as nações fizeram enquanto nações, o fizeram pela sociedade humana; todo o seu valor consiste somente no fato de cada nação ter percorrido, em benefício das outras, um dos principais aspectos históricos (uma das principais determinações) no âmbito do qual a humanidade realizou seu desenvolvimento; e, portanto, uma vez elaborada a indústria na Inglaterra, a política na França e a filosofia na Alemanha, estas estão elaboradas para o mundo inteiro, e o seu significado histórico mundial, assim como o destas nações, chegou ao fim (MARX, 1975c, p.281).

Desenvolvimento, neste contexto, não se tratava de uma gestão ou superação dos antagonismos sociais por meio das “leis naturais da produção capitalista” — estas conduziriam a um mesmo resultado que podia ser visto no país de maior desenvoltura industrial da época —, mas das complexas interações entre ser humano/natureza e indivíduo/sociedade.

O capitalismo inglês demonstrava que seus opróbrios sociais resultavam das determinações gerais do capital em sua forma industrial, enquanto, no caso alemão, as adversidades de sua indústria incipiente mesclavam-se com as mazelas dos elementos feudais, que permaneciam e geravam a falsa interpretação de que a miséria alemã era fruto da “falta de capitalismo” (MARX, 1996, p.9).

As conseqüências degradantes do progresso industrial inglês poderiam transbordar ao continente de forma mais ou menos brutal, de acordo com o grau de desenvolvimento do operariado de cada região. O desenvolvimento espontâneo da economia britânica não era copiável, ainda que fosse possível que os países aprendessem com a experiência alheia, cujo maior ensinamento era a tendência das leis inerentes ao capitalismo gerarem a degradação social. Marx tomou, portanto, a Inglaterra e sua expressão teórica — a economia política — como objeto central de sua análise, não para estabelecê-lo como modelo a se seguir, mas como nexos a partir do qual era possível compreender a organização societária sob o domínio da indústria:

A tirania industrial da Inglaterra sobre o mundo é o domínio da indústria sobre o mundo. A Inglaterra nos domina porque a indústria nos domina. Podemos nos libertar exteriormente da Inglaterra apenas se nos libertarmos da indústria em casa. Só podemos acabar com essa dominação que tem fundamento na concorrência, superando a concorrência no interior das nossas fronteiras. A Inglaterra possui poder sobre nós porque fizemos da indústria um poder que nos domina (MARX, 1975c, p.284).

Na cidade de Elberfeld, Engels palestrou sobre o mesmo problema.¹ Para ele, as contradições da sociedade civil chegaram a um ponto ameaçador na Inglaterra, na França e cresciam diariamente na Alemanha. O desenvolvimento do capitalismo, portanto, representava a expansão de suas contradições (ENGELS, 1975, p.244). A exploração capitalista levava a Inglaterra, e com ela todos os países, às crises comerciais como as de 1837 e 1842, a única alternativa de superação positiva de tais mazelas seria o comunismo (ENGELS, 1975, p.246).

Se proclamado o livre comércio, toda a indústria alemã, com exceção de poucos ramos, seria arruinada com o aumento de pobreza e consequências variadas de uma crise que, a julgar pelas revoltas na Silésia, teria resultados revolucionários. Desta forma, a competição capitalista teria como efeito a revolução social.

A alternativa apresentada por List era a de um sistema de tarifas protetivas, adotadas gradualmente para garantir um mercado nacional de manufaturas e, assim, expandir a indústria alemã. Tomando esta posição como referência, Engels descreveu quais seriam os seus possíveis resultados.

Em um primeiro momento o provável seria uma aparente situação de florescimento, até que a indústria se expandisse ao limite do mercado doméstico. A partir deste ponto haveria a tendência de uma redução tarifária, como prevista por List, e a indústria inglesa passaria a competir no mercado alemão (ENGELS, 1975, p.258). O enfrentamento direto entre a indústria alemã e a inglesa — sendo que, desta última, o mundo todo não poderia abrir mão — levaria à reprodução de todos os mecanismos econômicos e todas as mazelas experimentadas pela industrialização britânica. Por outro lado, a indústria nacional teria apenas uma parcela modesta de acumulação nos períodos de crescimento, o que, em suma, levaria à mesma posição de impasse em que se encontrava no momento inicial. Assumindo que as tarifas não fossem reduzidas, a indústria alemã supriria o mercado alemão e teria problemas para continuar sua expansão, permanecendo estacionária. Enquanto isso, as outras nações avançariam e a indústria alemã iria novamente tornar-se obsoleta (ENGELS, 1975, p.260).

¹ Sobre as diferentes posições de Marx, em relação a Engels, neste contexto, ver: SZPOLUK, 1988, p.47.

Outra possibilidade, menos provável, segundo Engels, seria o sucesso das proteções tarifárias tornando a indústria alemã capaz de concorrer com a inglesa. Como consequência haveria a ascensão da luta entre nações:

A luta competitiva entre as nações é, em todo caso, muito mais feroz, muito mais decisiva do que a entre indivíduos, porque é uma luta mais concentrada, uma luta entre massas, que só pode ser encerrada pela vitória decisiva de um lado e a decisiva derrota do outro. E por esta razão, tal luta entre nós e os ingleses, não importa qual seja o resultado, não beneficiará nem aos nossos industriais nem aos ingleses, mas, como mostrei, só traria a revolução social em sua locomotiva (ENGELS, 1975, p.261).

Neste exercício lógico todos os resultados seriam o retorno ao ponto crítico em que a Alemanha se encontrava, no qual a necessidade de revolução social era única alternativa aos trabalhadores. A tarefa que se impunha naquele momento era a de realizar uma revolução não “contra a propriedade do monopólio, mas contra o monopólio da propriedade; uma revolução social, cavalheiros, é a guerra aberta dos pobres contra os ricos” (ENGELS, 1975, p.261). Esta deveria ser alcançada por meio da organização política do proletariado enquanto classe consciente, ou seja, com o desenvolvimento do movimento comunista.

LUTA METAPOLÍTICA

A burguesia cumpriu um papel revolucionário nas regiões aonde chegou a dominar, destruindo as relações feudais — o que demonstrou na prática a potencialidade da atividade humana — e simplificando a configuração de classes, que tenderam a se polarizar em dois campos inimigos: o burguês e o proletário. Sua necessidade incessante de escoamento da produção e de expansão do capital portador de juros, movido pela alta finança, expressava-se na exploração do mercado mundial. Consequentemente, configurava um modo cosmopolita de produção e consumo para todos os países. No lugar da autossuficiência e do isolamento, instaurava a dependência das nações umas às outras, compelindo todas elas a apropriarem-se ao *modo de produção* burguês: “em uma palavra, criava um mundo a sua imagem e semelhança” (MARX; ENGELS, 1976, p.488).

A constituição social e política das sociedades estavam coagidas a se adequarem à livre concorrência, sob a dominação da classe burguesa. No entanto, os confrontos não se estabeleciam apenas entre as velhas formas sociais que se opunham ao domínio capitalista. Para além da luta do “velho” contra o “novo”, o próprio desenvolvimento capitalista, ao mobilizar poderosos meios de produção, gerava a oposição entre as

modernas forças produtivas e as relações de produção, redundando em crises de superprodução até então inéditas (MARX; ENGELS, 1976, p.490). Tais crises eram superadas tanto pela destruição de uma massa de forças produtivas, como pela conquista de novos mercados e a exploração mais profunda dos antigos: de forma a preparar uma nova crise.

Na medida em que a burguesia se desenvolvia o mesmo ocorria com a classe de operários modernos, que eram reduzidos à mercadoria e expostos a todas as vicissitudes da concorrência e das oscilações do mercado. A grande fábrica do capitalismo industrial gerou uma massa crescente de operários que eram recrutados de todas as classes da população (comerciantes, artesãos, camponeses, etc.) e submetidos a uma situação de vida e interesses cada vez mais semelhantes. Ao mesmo tempo as suas lutas contra a dominação burguesa se desenvolviam e ampliavam-se (MARX; ENGELS, 1976, p.495).

Os comunistas buscavam acentuar os interesses comuns nas diversas lutas nacionais dos proletários e representar, diante delas, o interesse do movimento como totalidade. Os isolamentos e as oposições nacionais, que desapareciam com a uniformidade da produção industrial no mercado mundial, seriam ainda mais atenuados sob o domínio do proletariado, uma vez que a unidade de ação — ao menos entre os países industrializados — era uma das primeiras condições de sua libertação. Na medida em que fosse suprimida a exploração de um indivíduo sobre o outro, também seria a de uma nação sobre a outra (MARX; ENGELS, 1976, p.503).

O proletário organizado como classe dominante tinha por objetivo retirar, gradualmente, todo o capital da burguesia e multiplicar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção. Processo que, inicialmente, ocorreria por meio de intervenções despóticas sobre o direito da propriedade e nas relações de produção burguesas. As medidas necessárias, neste sentido, deveriam ir para além de si mesmas, mas eram inevitáveis como meio de revolucionamento de todo o modo de produção e seriam diversas de acordo com a realidade dos países, que eram as mais variadas (MARX; ENGELS, 1976, p.504).

No percurso revolucionário, ao desaparecer as diferenças de classe e concentrar-se a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderia seu caráter político. Entraria na cena histórica uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada pessoa seria a condição para o das demais (MARX; ENGELS, 1976, p.506).

Para fomentar a luta internacional comunista, no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 não se descartaram as alianças mesmo com a burguesia; no caso alemão, por exemplo, os comunistas declaravam buscar coalizão com a burguesia contra

a monarquia absoluta, sem descuidar “de formar nos operários uma consciência a mais clara possível sobre a oposição hostil entre burguesia e proletariado [...] para que, depois do derrube das classes reacionárias na Alemanha, comece logo a luta contra a própria burguesia” (MARX; ENGELS, 1976, p.519). No documento permanecia uma atenção especial à Alemanha. A região que Marx havia descrito anos antes como atrasada e miserável, estaria agora às vésperas de uma revolução burguesa em condições de maior progresso da civilização europeia, contando com um proletariado, em geral, mais desenvolvido do que o inglês do século XVII e o francês do século XVIII. A revolução burguesa alemã seria “o prelúdio imediato de uma revolução proletária” (MARX; ENGELS, 1976, p.519).

Assim, explicitou-se neste ponto uma contradição entre o *Manifesto Comunista*, escrito a quatro mãos, e os escritos anteriores de Marx. Como vimos, para este, a burguesia alemã era frágil e atrasada, muito aquém das transformações históricas que a classe burguesa cumprira, por exemplo, na França. Como poderia estar às vésperas de uma revolução política?² Os autores não apontaram naquele momento mediações sobre o caráter de tal contradição que, aparentemente, resultava das próprias lutas que conduziram às jornadas de 1848 e 1849. Dificuldades semelhantes foram uma constante daquele ponto em diante e se tornaram decisivas no pensamento marxista do século XX.

Para além das contradições específicas da Alemanha, por toda parte os comunistas buscavam apoiar os movimentos revolucionários contra as situações sociais e políticas existentes, colocando em relevo a questão da propriedade — em suas configurações variadas nos diferentes países — como eixo fundamental do seu programa político. Rejeitavam dissimular suas perspectivas e propósitos e anunciavam explicitamente que seus fins apenas poderiam ser alcançados pelo derrube violento de toda a ordem social, tendo a perder apenas suas cadeias, concluíam que tinham todo um mundo a ganhar.

SÉCULO XX: A REFORMA DA REVOLUÇÃO

A dificuldade para lidar com situações históricas contraditórias se manifestou na análise de Marx no período da chamada Primavera dos Povos. Possivelmente, os próprios escritos de Marx e Engels, que foram acessados de forma fragmentária e muitas vezes em condições de guerras — ou ainda, filtrados e distorcidos por interesses políticos variados —, fomentaram desentendimentos posteriores.

2 Um debate sobre uma suposta hegemonia do pensamento de Engels, a despeito das posições de Marx, no *Manifesto* pode ser encontrado em: CARVER, 1983, pp.78-79 e p.86.

No *Manifesto do Partido Comunista*, de fevereiro de 1848, sugeriu-se uma dupla revolução na Alemanha; no mês seguinte, apresentou-se ao público uma visão amplamente estatizante e popular no documento *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha*, assinado por Marx e Engels entre outros comunistas (MARX; SCHAPPER; *et al.*, 2010, p.55). Tratava-se de um contexto em que se buscava a unificação dos Estados alemães e a liquidação das forças feudais, no início de um ciclo de revoluções e contrarrevoluções que envolveu grande parte dos países atrasados da Europa. A conclusão que o próprio Marx chegou sobre a situação alemã, ainda em dezembro do mesmo ano, foi que:

A história da classe burguesa prussiana, como a da classe burguesa alemã em geral, entre março e dezembro, demonstra que uma *revolução puramente burguesa* e o estabelecimento do *domínio burguês* na forma de uma *monarquia constitucional* são impossíveis na Alemanha, e que apenas uma contrarrevolução feudal absolutista ou uma *revolução social republicana* são possíveis (MARX, 1977, p.178).

Como se sabe, predominou a contrarrevolução. Destaca-se que as posições que Marx apresentou no processo da revolução social na França do mesmo período e posteriormente iam no sentido da destruição das forças estatais. Mesmo nos seus textos individuais sobre a Alemanha não encontramos nenhuma fórmula estatizante, como a que consta nas *Reivindicações*. De qualquer forma, o fato foi que no início das lutas revolucionárias alemãs abriu-se, entre os comunistas, tanto a possibilidade para uma aliança entre proletários, camponeses e pequeno-burgueses que visava impulsionar a revolução social republicana; como o recurso à estatização, pela unificação dos Estados e a concentração dos meios de produção na esfera estatal a serviço do “povo”.

Ainda que Marx, em diferentes contextos, tenha apontado para possíveis revoluções por “etapas” ou para uma colonização nos países em que predominavam características pré-capitalistas, estes empreendimentos eram compreendidos enquanto apêndices ou auxiliares do processo revolucionário que deveria convergir na Inglaterra (MARX, 1934, pp.106-107). O autor entendia ser natural que as lutas sociais avançassem de maneiras variadas nos diversos países, mas, necessariamente, estas deveriam voltar-se para a revolução social inglesa, pois ali residia o núcleo articulador do modo de produção capitalista (MARX, 1978, p.134).

Na passagem ao século XX o quadro geral modificou-se em pontos sensíveis. No entanto, as experiências do século anterior mantiveram-se vivas na nova geração de pensadores marxistas. Lenin, por exemplo, considerou o processo de revolução

e contrarrevolução, entre 1905 e 1907, na Rússia como fundamental para a perda de ilusões populares em relação ao discurso dos liberais, comparando este embate ao narrado por Marx em 1848 (LENIN, 1978b, p.114).

A compreensão de Lenin foi de que o sentido geral pelo qual se encaminhava o conjunto das lutas sociais russas era o *desenvolvimento burguês* (LENIN, 1978a, p.239). À época, segundo sua análise, havia na Rússia duas formas em disputa para se alcançar este propósito: a *reforma* ou a *revolução*, ambas concentradas na questão camponesa. A reforma aparentava seguir o mesmo caminho de superação do feudalismo na Prússia, o aburguesamento dos latifúndios e a gradual substituição dos métodos feudais de dominação pelos burgueses. A forma revolucionária caberia aos pequenos camponeses, ela removeria o latifundiário e abriria caminho para a economia capitalista, como ocorrera nos Estados Unidos. Esta última era a configuração que o revolucionário considerava a mais rápida para se atingir o desenvolvimento da burguesia (LENIN, 1978a, pp.239-241). Nota-se que a referência de desenvolvimento capitalista já não era mais a Inglaterra ou a França, como o fora para Marx e Engels, mas os EUA e a Alemanha.

Neste aspecto, reforma e revolução ganhavam o mesmo sentido de uma transformação social progressiva, diferenciando-se no ritmo e nas vantagens que ofereciam para as lutas sociais. A via contrarrevolucionária da transformação capitalista alemã, aparecia então como um processo reformista a ser evitado. Ainda assim, não deixava de ser um meio para se instaurar a dominação burguesa e as relações de produção capitalistas.

A Alemanha tornou-se a maior esperança de uma revolução comunista no início do século XX. A industrialização tardia, porém, acelerada, que Marx e Engels rejeitaram como alternativa à “miséria alemã”, teria levado o país a criar as possibilidades efetivas de uma revolução social no século seguinte. Portanto, uma dupla revolução — primeiro “burguesa” e depois comunista — surgia como um referencial histórico palpável. O prussianismo, ainda que não fosse o caminho ideal, impunha-se como uma forma válida para o desenvolvimento capitalista atrasado ou periférico.

Lenin, apesar de se inspirar em uma revolução do “tipo americana” para a questão agrária, utilizou o Estado nacional para impulsionar a concentração do capital industrial, seguindo o exemplo alemão de “capitalismo de Estado”. A diferença fundamental de sua posição foi ter por finalidade o desenvolvimento das classes trabalhadoras e não a adaptação modernizante das classes feudais, portanto, aproximou-se das *Reivindicações* dos comunistas alemães de 1848. Nas palavras do revolucionário russo:

Enquanto a revolução ainda tardar em “nascer” na Alemanha, a nossa tarefa é aprender com os alemães o capitalismo de Estado e implantá-lo *com todas as forças*, não hesitar em aplicar métodos *ditatoriais* para acelerar a sua transplantação, mais ainda do que Pedro acelerou a transplantação do ocidentalismo para a bárbara Rússia, não hesitando perante meios bárbaros de luta contra a barbárie (LENIN, 1973, p.66).

Meio a situações contraditórias, Lenin demonstrou consciência de que tais esforços apenas faziam sentido dentro da perspectiva de uma revolução comunista internacional. Com a derrota da Revolução Alemã de 1923, a morte de Lenin e a ascensão do stalinismo o internacionalismo revolucionário tendeu a perder substância. Na prática, firmou-se durante o século XX a alternativa reformista, nacionalista e estatal apontada por List — não raro, em nome da revolução vislumbrada por Marx.

REFERÊNCIAS

CARVER, T. *Marx & Engels: the intellectual relationship*. Bloomington: Indiana University, 1983.

ENGELS, F. *Speeches in Elberfeld*. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 4. London: Lawrence & Wishart, 1975.

LENIN, V. *Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgués*. IN: LENIN, V. *Obras escogidas*, tomo VIII. Moscú: Progreso, 1973.

_____. *Agrarian programme of Social-democracy*. IN: LENIN, V. *Collected Works*, vol. 13. Moscow: Progress, 1978a.

_____. *Revolution and counter-revolution*. IN: LENIN, V. *Collected Works*, vol. 13. Moscow: Progress, 1978b.

MARX, K. *Contribution to Critique of Hegel’s Philosophy of Law. Introduction*. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 3. London: Lawrence & Wishart, 1975a.

_____. *Critical Marginal Notes on the Article by a Prussian*. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 3. London: Lawrence & Wishart, 1975b.

_____. *Draft of an article on Friedrich List’s book*. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 4. London: Lawrence & Wishart, 1975c.

_____. *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 3. London: Lawrence & Wishart, 1975d.

_____. Letters from Deuch-Französische Jahrbücher. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 3. London: Lawrence & Wishart, 1975e.

_____. *Letters to Dr. Kulgemann*. London: Martin Lawrence, 1934.

_____. On the Jewish Question. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 3. London: Lawrence & Wishart, 1975f.

_____. The Bourgeoisie and the Counter-Revolution. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 8. London: Lawrence & Wishart, 1977.

_____. The Capital, vol.1. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 35. London: Lawrence & Wishart, 1996.

_____. The Class Struggles in France. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 10. London: Lawrence & Wishart, 1978.

_____. Theses on Feuerbach. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 5. London: Lawrence & Wishart, 1975g.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto of the Communist Party. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 6. London: Lawrence & Wishart, 1976.

MARX, K.; ENGELS, F. The German Ideology. IN: *Marx, Engels Collected Works*, vol. 5. London: Lawrence & Wishart, 1975h.

MARX, K.; SCHAPPER, K.; *et al.* Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha. IN: MARX, K. *Lutas de classe na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SZPOLUK, R. *Communism & Nationalism*. Karl Marx versus Friedrich List. New York: Oxford, 1988.